

O fundamentalismo liberal-democrático

Tornou-se um lugar-comum reconhecer que os argumentos utilizados pela Administração Bush para justificar a invasão do Iraque eram completamente falsos. O Iraque não possuía armas de destruição maciça e o regime de Saddam Hussein, apesar da sua barbaridade, não possuía ligações com o terrorismo apocalíptico islamita da Al-Qaeda. Até os mais indefectíveis defensores da invasão foram obrigados a reconhecer que tinham errado ao aceitar sem reservas a encenação montada pelo actual poder norte-americano, a que nem mesmo resistiram jornais de referência como o *New York Times* e o *Washington Post*. Um autêntico “véu de ignorância” envolveu os grande *media* norte-americanos. Após dissolução inevitável desta cortina de fumo, os mesmos que embarcaram de bom grado na prestidigitação meticulosamente encenada depressa se recompuseram, como se os argumentos em causa nunca tivessem existido ou fossem resultado de um excesso de zelo ou das boas intenções de um governo que apenas tinha como objectivo derrubar um ditador e restabelecer a liberal-democracia. E como os bons fins justificam os meios utilizados para alcançá-los, torna-se até moralmente legítimo induzir em erro a opinião pública sempre que é necessário libertar os povos submetidos a hediondas ditaduras, concluíram triunfantes.

Contra este fundamentalismo liberal-democrático que não difere qualitativamente do fundamentalismo islamita, Tzvetan Todorov, filósofo e historiador búlgaro há muito tempo radicado em França, escreveu em 2003 um interessante livro significativamente intitulado *A Nova Desordem Mundial: Reflexões de Um Europeu* (Asa, Lisboa,

2006). Para Todorov, os motivos que estiveram na origem da invasão não foram o acesso às fontes do petróleo iraquiano, nem os esforços de George W. Bush para conseguir a reeleição, nem a tentativa de completar a obra que o seu progenitor deixou em suspenso, nem a transformação do Iraque num balão de ensaio para as novas armas da indústria bélica norte-americana. Cada uma destas motivações poderia ter pesado na decisão, mas não é por si só suficiente para justificá-la. O autor prefere desmontar a argumentação de que a invasão do Iraque foi o resultado de uma finalidade desinteressada, de uma devoção incondicional à causa do restabelecimento da liberdade. De facto, quando a política internacional se impregna de motivações virtuosas que nos fazem recordar os apologistas do “Estado ético” é caso para desconfiar e para activar o espírito crítico, cada vez mais adormecido neste Ocidente que se desenvolveu a sombra da máxima kantiana “Ousa servir-te do teu próprio entendimento”. E foi isso precisamente que fez Tzvetan Todorov, por mais que tal custe aos apologistas e laudadores da invasão, agora rendidos à magnificência da democracia iraquiana reconquistada.

A máxima norte-americana de que o que é bom para a segurança norte-americana é também bom para o resto do mundo tutelado por uma potência tão benigna, revela desde logo os inexoráveis limites dos apologistas da “democracia”. A ideologia renovada dos partidários da invasão baseia-se precisamente nesta equação tentando convencer a opinião pública de que garantir a segurança dos Estados Unidos é a condição necessária para a estabilidade das relações internacionais. No entanto, levar a liberdade a outros

para preservar a segurança no próprio país revela, de facto, uma lógica imperial que se esconde por detrás da retórica liberal: para que me serve a democracia noutras paragens se a minha segurança não estiver em causa? E não aconteceu frequentemente no século passado que a democracia hoje tão louvada se revelava incompatível com a preservação das esferas de influência norte-americana? Prova disso é o apoio dos Estados Unidos às ditaduras militares centro e sul-americanas que resultaram do derrube de governos democraticamente eleitos.

A melhor parte do ensaio de Todorov encontra-se na sua caracterização dos ideólogos da intervenção militar que o autor designa por “neo-fundamentalistas”. Diferentemente dos conservadores, estes não visam a manutenção da ordem existente. A filiação de muitos na extrema-esquerda nos seus tempos de juventude é provavelmente responsável pela sua especificidade. Têm uma visão messiânica da realidade, um projecto, uma espécie de “dever ser” a partir do qual pretendem remodelar o mundo. Fundamentalistas porque surgem como demiurgos e mensageiros de um bem absoluto que querem impor a toda a gente por todos os meios ao seu alcance. Neo, porque esse Bem Absoluto já não é Deus, mas a liberal-democracia, o seu sucedâneo laico. Mas com isso põem em causa a essência da própria democracia: por um lado, esta não pode ser outorgada aos súbditos a partir de fora, mas ser apenas fruto da escolha deliberada e consciente dos povos; por outro lado, nunca poderá ser um “Bem Absoluto”, porque é um regime imperfeito, sempre em aberto, sempre susceptível de ser aperfeiçoado e melhorado, ao contrário do que acontece com as ditaduras fechadas na sua perfeição totalitária..

Este fundamentalismo liberal-democrático tem uma influência desestabilizadora sobre as relações internacionais. Entre as suas pretensas boas intenções e os resultados existe um hiato que tende a alargar-se cada vez mais. Todorov fornece dois exemplos: o Iraque e o Cossovo. No primeiro caso, a arbitrariedade de um só foi substituída pela arbitrariedade de todos

com a abertura da caixa de Pandora dos conflitos étnicos e confessionais que não têm cessado de agravar-se. No segundo caso, a “guerra humanitária”, esse oxímoro de mau gosto, não conduziu à instauração da democracia, mas transformou aquela região da ex-Jugoslávia, numa placa giratória para o tráfico de estupefacientes e para novas segregações e exclusões étnicas. Nos dois casos, os “bons” fins revelam que não justificam os meios ignóbeis utilizados para os alcançar: os pretensos “efeitos colaterais”, figura retórica da “guerra humanitária”, revelam apenas uma insensibilidade imperial perante as vítimas civis dos conflitos, tanto mais que a sua grande maioria pertence aos povos “insuficientemente civilizados” a que se quer impor o Bem Absoluto da liberal-democracia. E o autor conclui brilhantemente, citando a obra *Vida e Destino* do escritor russo Vassili Grossman: “Os ideais admiráveis não chegam para assegurar a felicidade da humanidade: enquanto os promovem, «morrem crianças e velhos e o sangue corre»” (p. 25).

A guerra preventiva surge como um elemento nuclear da estratégia do Governo norte-americano para garantir a segurança interna. A possibilidade de desencadear uma guerra contra um outro país na base de simples suspeitas que podem não ter fundamento – como aconteceu, de facto, com o Iraque – pode contribuir para instaurar um estado natural de guerra de todos contra todos no âmbito das relações internacionais. Cada um se reserva o direito de poder intervir, sempre que se julgar ameaçado, mesmo quando a ameaça acaba demasiado tarde por se revelar ilusória. Talvez por isso a Administração Bush tenha reservado o monopólio da guerra preventiva apenas para os Estados Unidos, sem outra justificação plausível senão a de que o país tutela o mundo ou de que recebeu de Deus uma missão orwelliana que visa através da guerra preservar a paz. No entanto, o Governo norte-americano não poderá impedir que outros lhe contestem o monopólio e se sintam igualmente legitimados a desencadear uma guerra preventiva, sempre que se julguem ameaçados. Daqui resulta mais instabilidade e insegurança, quando se

pretendia o contrário. A proliferação nuclear é um sintoma disso. Mais uma vez, os resultados se afastam à velocidade da luz das boas intenções.

Crítico da guerra preventiva, Todorov não é porém defensor da ONU como garante da legalidade internacional, pois considera que “as relações internacionais não obedecem ao Direito, a menos que os países optem voluntariamente pela sua submissão ao Direito” (p. 51). A alternativa à guerra preventiva consiste fundamentalmente na diversidade e na pluralidade que assegura a manutenção da paz através do “equilíbrio entre várias potências” (p. 51). Para esta pluralidade, a Europa deverá desempenhar um papel mais activo e determinante, criando uma política de segurança mais desvinculada da NATO e dos Estados Unidos. Não deixará porém de ser uma “potência tranquila”, que se limitará a constituir um exército contra qualquer tentativa de agressão, a preservar a paz interna e a intervir fora do seu território, sempre que solicitada por governos aliados. O núcleo duro desta “potência tranquila” serão os estados fundadores da União Europeia que deverão pôr em comum as suas políticas de defesa e dos Negócios Estrangeiros. Esta potência renunciará porém a gerir as relações internacionais, abdicando das pretensões hegemónicas manifestadas pela política externa dos Estados Unidos. Por conseguinte, limitar-se-á a ser uma “potência regional (continental) e não mundial” (p. 57). O seu novo estatuto exigirá no entanto um “reforço sensível dos orçamentos militares” (p. 71).

Estas propostas de Todorov não são convincentes e representam a parte mais débil do seu excelente ensaio. As pretensões hegemónicas de uma hiperpotência – Estados Unidos ou outra futura – não podem ser superadas pelo “equilíbrio de várias potências”, justamente porque o exercício efectivo da hegemonia unipolar é resultado da dissolução daquele equilíbrio. Uma Europa dos Vinte Cinco como potência militar regional para além de manter intacto ou apenas beliscar o predomínio norte-americano, não se justifica numa época em que as ameaças à sua

integridade territorial são praticamente inexistentes e em que a pretexto de um aumento sensível do orçamento militar acabará por abrir a porta a uma nova vaga de reduções das despesas sociais ou a um aumento significativo dos impostos. A única alternativa que resta é precisamente a que Todorov contesta: O reforço do papel interventor da ONU como garante da paz e da legalidade internacionais. Mas para isso é necessário reforçar a cooperação internacional e a uma reforma da própria ONU, que deverá necessariamente passar pela democratização do Conselho de Segurança que num mundo cada vez mais interdependente funciona ainda como instância decisória instituída pelas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Apenas quando os últimos vestígios da “razão de Estado” desaparecerem se poderá efectivamente falar de uma nova ordem internacional em que os valores da paz, da justiça social e da democracia sejam os grandes horizontes de referência de uma humanidade que conseguiu enfim emancipar-se das tradicionais autoridades tutelares.

Joaquim Jorge Veigunha
Ensaísta